



IMPACTO DA QUEDA DAS RECEITAS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

Lucas Michel Ferrari¹, Farana de Oliveira Mariano²,
Mônica Oliveira da Costa³, Alex Santiago⁴, Jonathan Borel⁵, Josimar Samuel⁶

¹Graduando em Ciências Contábeis, FAVENI, lucasmichelf@hotmail.com

²Mestre em Ciências Contábeis, FAVENI, faranamariano@yahoo.com.br

³Mestre em Ciências Contábeis, FAVENI, coordenacaocont@faveni.edu.br

⁴Especialista, FAVENI, santiagoassessoriacontabil@gmail.com

⁵Mestrando em Ciências Contábeis, FAVENI, jhon.borel@hotmail.com

⁶Especialista, FAVENI, jscezari@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho foi analisar o impacto da queda das receitas do município capixaba de Conceição do Castelo. Para isso foi realizada uma pesquisa explicativa buscando demonstrar e explicar as variações e as quedas recorrentes das receitas nos últimos anos, por meio de pesquisa documental utilizando documentos como Arrecadação do Município e relatórios dos demonstrativos emitidos pela Prefeitura. Este trabalho foi realizado para demonstrar os dados do período de 2012 a 2017, pois durante esse período ocorreu uma grande crise econômica no país, analisando as receitas públicas, receitas correntes e os royalties provenientes do estado do Espírito Santo. Sendo assim, conclui-se que não houve impacto significativo no município de Conceição do Castelo, onde a prefeitura tem conseguido manter suas obrigações normalmente.

Palavras chaves: Queda da receita, Crise Econômica, Repasses.

1 INTRODUÇÃO

Em meados da década de 70 e 80 devido aos fluxos migratórios da população do campo para cidade foram aumentando no meio urbano, acarretando dessa forma a falta de infraestrutura e a falta dos recursos públicos. Isso foi suficiente para geração de problemas, desde então, em maio de 2000, foi criada a Lei da Responsabilidade Fiscal e o estatuto das cidades aceito pelo congresso e sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual diz que a gestão fiscal deve ser efetuada de forma planejada e mais transparente possível para assim evitar os riscos e para não afetar as contas públicas.

Dessa forma a contabilidade aplicada ao setor público é responsável em registrar a previsão de receita e a fixação da despesa dos municípios. A queda da receita nos anos mais recentes de acordo com especialistas está relacionada ao fim do repasse do Fundo de Desenvolvimento das atividades portuárias (FUNDAP) e a crise financeira que afeta o país criando assim necessidade de controle dos gastos por parte dos municípios para repor essas receitas.

A solução para diminuir as despesas e fazer com que a receita parasse de cair seria tentar reter despesas desnecessárias, ou seja, conter gastos. Sendo assim o objetivo desse trabalho é demonstrar os impactos negativos na receita do município pois a demanda está cada dia maior e ainda assim o índice continua em queda. Desta forma buscou-se através de pesquisas em revistas e portais da transparência, informações que comprovam o porquê as receitas não estão sendo suficientes para cobrir as despesas.

O tema desta pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: quais são os fatores que têm impactado as receitas do município de Conceição do Castelo (ES)?

Para compreender melhor o efeito da crise enfrentada pelos municípios sobre suas finanças é necessário saber o que acontece fora da visão popular no dia a dia. Desta forma, pode-se compreender as dificuldades e os desafios que estão sendo enfrentados pelos gestores públicos municipais nos últimos anos, quando as receitas foram diminuindo e a demanda por serviços públicos foi aumentando a cada ano mais (PINGO, 2018).

2 REFERENCIAL TEÓRICO



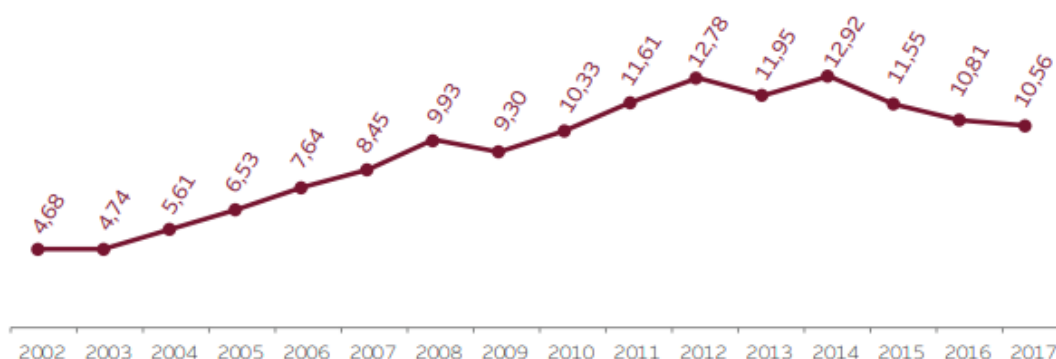
2.1 COMPORTAMENTO DOS PRINCIPAIS ITENS DE RECOLHIMENTO: ICMS, ROYALTIES, RECEITAS PÚBLICAS E RECEITAS CORRENTES

No decorrer dos anos o impacto da queda das receitas nos municípios está causando grandes prejuízos aos cofres públicos, portanto com a queda os municípios não arrecadam dinheiro para investir. Em 2015 o recuo havia sido de 10,7% e de 6,4%, em 2016, já considerada a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de acordo com a revista Finanças dos Municípios Capixabas (BORGES; VILLELA. 2018).

Gráfico 1: O índice de receitas dos municípios capixabas

Evolução da receita total

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2017



Fonte: Finanças dos Municípios Capixabas (2018).

O gráfico 1, conforme a revista Finanças dos Municípios Capixabas (2018), apresenta que entre 2002 e 2014 os municípios obtiveram suas receitas em alta após conseguirem movimentar o mercado logo após a crise econômica, sendo que a partir de 2014 começou a ter queda. De acordo com a revista Finanças dos Municípios Capixabas, isso se dá devido à crise financeira que o país sofreu, destacando a queda do ICMS e outros fatores.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte e Comunicação (ICMS) foi implantado de acordo com a Lei Complementar 87, em 13 de setembro de 1996, mas também chamada de Lei Kandir, esse por sua vez é de competência estadual com sua provisão constitucional, que nos diz que deveriam realizar o rateio de 25% do valor para os municípios do estado recolhido (GRELLMANN; SILVA, 2017).

A queda do ICMS já está no seu quarto ano consecutivo, porém em 2016 essa queda do ICMS foi ainda mais intensa, o que gera uma situação preocupante, pois a arrecadação de impostos e tributos está em alta a cada ano, porém não são suficientes para suprir essas despesas. Mesmo com a queda se estabilizando em 2017 este fato não foi suficiente para fechar o ano em alta, mas refletiu em uma melhora no ambiente de negócios nos estados capixabas segundo o Instituto Jones dos Santos Neves, instituição que apura o Produto Interno Bruto (PIB) (BORGES; VILLELA, 2017).

A partir do ano de 2014 o ICMS passa a sofrer com o efeito da crise econômica que assola o país no segundo semestre de 2014, juntamente com a queda dos setores de mineração e petróleo, principais segmentos de fonte de renda do Espírito Santo. Em 2016 a economia sofreu uma queda devido a paralisação das operações da Samarco, em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos de minérios em Mariana (MG) (BORGES; VILLELA. 2017).

2.2 ROYALTIES

Atualmente os Municípios de Presidente Kennedy, Itapemirim, Linhares e Marataízes lideram as primeiras posições no ranking das cidades do Espírito Santo que mais receberam royalties. Em 2017, o município de Conceição do Castelo ocupou o 54º lugar de acordo com a posição das



participações especiais baseado no levantamento da Aequus Consultoria para o anuário Finanças dos Municípios Capixabas 2018 (BORGES; VILLELA. 2018).

Tabela 1: Municípios com mais receita com os Royalties.

ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS			
Posição	Município	Royalties e participações especiais em R\$	População 2017
1º	Presidente Kennedy	211.973.987,65	11.742
2º	Itapemirim	168.991.648,84	34.628
3º	Linhares	87.563.113,56	169.048
4º	Marataízes	62.519.367,20	38.670
5º	Aracruz	27.355.613,93	98.393
6º	São Mateus	22.516.331,77	128.449
7º	Serra	22.485.011,21	502.618
8º	Anchieta	19.741.776,52	28.546
9º	Vitória	18.596.785,24	363.140
10º	Vila Velha	14.979.207,98	486.388
11º	Piúma	14.688.653,02	21.336
12º	Fundão	10.831.960,24	20.757
13º	Jaguaré	7.771.401,43	29.642
14º	Viana	4.979.500,04	76.776
15º	Cariacica	3.183.539,05	387.368
15º	Cachoeiro de Itapemirim	3.183.539,05	211.649

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). População para 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BORGES; VILLELA. 2018).

Os Royalties são recursos de grande valor financeiro de pagamento aos Município e ao Estado devido ao resultado da exploração de petróleo e gás natural extraídos das bacias terrestres pelas empresas exploradoras (TCU, 2008).

Além da queda do ICMS os royalties, petróleo e gás natural recebidos das empresas exploradoras aos municípios capixabas tiveram aumento de 24,2% em 2017, quando atingiram R\$ 820,3 milhões, o que refletiu no aumento dos preços internacionais do petróleo. Entretanto essa receita arrecadada pelos royalties não foi suficiente para alavancar o índice de crescimento, sendo assim as receitas ainda permanecem baixas, com índices abaixo dos anos anteriores (BORGES; VILLELA. 2018).

2.3 RECEITAS CORRENTES

Receita corrente corresponde a entrada de recursos financeiros derivados de atividades operacionais, para aplicação em despesas correspondentes, como também, em atividades operacionais, correntes ou de capital, objetivando os programas e ações de governo. Receitas correntes assim chamadas, não têm suas origens em operações de crédito, financiamentos e amortização de empréstimos (GOMES, 2009).

A despesa com pessoal na maioria dos municípios capixabas é a principal despesa que mais afeta os resultados. Em 2013 a folha de pagamento comprometeu cerca de 48,3% da receita corrente. Com relação ao ano anterior esse valor foi superior àquele verificado em 2012 que foi cerca de 45,5% (SOUZA, 2014)

Entretanto, a despesa com pessoal em relação à participação na receita corrente apresentou um recuo em 2017, com cerca de 50,8%. O mesmo índice de três anos anteriores, porém com três pontos percentuais em relação ao ano de 2013 e 2014, ou seja, anos antes da crise econômica, deixando de incluir os Royalties, pois os mesmos não podem ser aplicados em despesa de pessoal, desta forma a média fica com 55,1% (BORGES; VILLELA. 2018).

A LRF, Lei nº 101 de 4 de maio de 2000, estabelece tetos máximos para a despesa com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) para todos os poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) dos três níveis de governo (municípios, estados e



União). Na esfera municipal, ficou fixado o limite máximo de 54% para o Poder Executivo e de 6% para Poder Legislativo (CARDOSO, 2000, on-line).

2.4 RECEITAS PÚBLICAS

Receita pública ou receita municipal são recursos recolhidos e estabelecidos pela administração pública com o principal objetivo de buscar atender as necessidades da sociedade, com recursos de fontes e fatos geradores próprios que são destinados ao patrimônio público do município e do estado (GAMA, 2010).

As receitas municipais são fontes de recursos para criar oportunidades de investimento e novos meios de melhorar o sistema socioeconômico do município, de acordo com Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal o serviço público possui uma gestão complexa que para gerir de forma correta necessita de gerenciamento e controle para se adequar aos objetivos estabelecidos (CNM, 2008).

Para a execução e administração do município com a população e a sociedade as prefeituras dos municípios recebem repasses de verbas estaduais e federais para investimento no município. Esses repasses somados as receitas recolhidas são fundos para investimento na cidade. Cada município recebe um repasse de verba diferente, pois o responsável pelo rateio, no caso o FPM (Fundo de Participação do Município), calcula esse percentual de acordo com o número de habitantes de cada cidade (VENANCIO; CIRIBELI, 2010).

Nos últimos anos a gestão da administração pública dos municípios estão passando por grandes mudanças na legislação que a cada vez exige mais profissionalismo e determinação para controle dos recursos públicos. Logo após a criação da Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF) tornou-se ainda mais necessário uma demanda de gestores e administradores mais rígidos para que houvesse transparência e controle dos recursos (SILVA, 2010).

Com a crise afetando diretamente os orçamentos municipais houve novo recuo, pelo terceiro ano consecutivo os municípios foram obrigados a planejar os gastos com pessoal exercido pela administração pública para que dessa forma as despesas diminuíssem o que acarretaria um índice de solidez maior. Com o passar do ápice da crise que afetou o país em 2017, bastava as administrações dos municípios terem o controle com as despesas para que dessa forma diminuir déficit em suas contas. Um dos efeitos desse controle foi a melhora do enquadramento dos municípios capixabas (BORGES; VILLELA, 2018).

Desde meado da década dos anos 90 o governo federal luta para manter o superávit fiscal, da mesma maneira tem se observado que os estados e os municípios estão com este mesmo objetivo. Várias medidas foram tomadas para alavancar a economia brasileira e de seus estados, desse modo tem contribuído para um controle permanente dos entes governamentais (SAKURAI, 2014).

A crise econômica afetou cerca de 78 municípios capixabas, a queda de arrecadação e despesas crescente foi uma situação delicada que afetou as contas públicas dos municípios. Vários destes demonstraram dificuldade em manter seu índice de receitas acima das despesas, cerca de 59 cidades lutam com o alto nível de despesa com pessoal. Tais municípios foram alertados pelo Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES), desse modo a economia dos municípios capixabas foram afetadas drasticamente e não possuindo recursos para ampliação de investimentos (SEIXAS; 2016).

3 METODOLOGIA

A metodologia é responsável por demonstrar como os dados que serão analisados, essa por sua vez mostra o passo a passo até a conclusão do trabalho. O método científico é um objeto fundamental para apresentar e demonstrar os resultados alcançados no trabalho para responder o problema formulado (OLIVEIRA, 2011).

O objetivo deste trabalho é analisar a queda das receitas do Município capixaba de Conceição do Castelo entre os anos de 2012 e 2017, período este em que ocorreu uma grande crise econômica no país, analisando as receitas públicas, receitas correntes e os royalties provenientes do estado do Espírito Santo. Utilizou-se de uma pesquisa explicativa buscando demonstrar e explicar as variações e as quedas recorrentes das receitas nos últimos anos.

Conforme Gil (2002) as pesquisas explicativas são responsáveis por explicar os fatores que contribuem para que ocorra determinado fenômeno, este tipo de pesquisa por sua vez é o método que mais se aprofunda no conhecimento da realidade porque explica a razão do porquê acontece.



Para isso, quanto a técnica foi realizado um estudo de caso no município de Conceição do Castelo, por meio de pesquisa documental, utilizando documentos como Arrecadação do Município e relatórios dos demonstrativos emitidos pela Prefeitura e também dados disponíveis no portal da transparência e no site do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

O estudo de caso, para Gil (2010) é caracterizado como um procedimento profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir e aprofundar o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Este trabalho busca compreender o impacto da queda da receita nos últimos anos no município e desse modo decidiu-se conhecer de forma mais aprofundada os dados sobre as receitas e despesas da cidade analisada.

Para realização deste trabalho foram utilizados dados das edições da revistas Finanças dos Municípios Capixabas, artigos sobre Impacto da queda das Receitas e portal da transparência da prefeitura em questão. Portanto, o estudo foi realizado através de pesquisa documental (Artigos, revistas e Portal da transparência), buscando dados para comprovar a discussão presente no trabalho. A pesquisa documental é uma forma de tratar materiais que não receberam um tratamento analítico ou que poderão ser analisados de acordo com o objetivo da pesquisa, esse método de pesquisa apresenta muitas vantagens, pois os dados analisados são de uma fonte rica de conhecimento que não se acaba.

Portanto buscando o resultado através de pesquisa quantitativa, por meio de dados numéricos apresentados pelos portais da transparência da prefeitura da cidade para apresentação do resultado, explicando o porquê das quedas das receitas. A pesquisa quantitativa é responsável em analisar dados numéricos e obter dados significativos com embasamento nas fontes de pesquisas documentais (GIL, 2002).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O intuito desse trabalho por sua vez foi demonstrar as dificuldades enfrentadas pelo setor público no município de Conceição do Castelo (ES) quanto à queda da receita nos últimos anos que vem ocorrendo, não só no município, mas em todo o estado capixaba como pode-se analisar os dados do portal da Transparência.

Dessa forma, foi realizado um estudo de caso na prefeitura de Conceição do Castelo com a ajuda de Clécio Viana, atualmente Controlador Interno da Prefeitura e ex-secretário de Finanças do Município. Ficou à frente da Secretaria no período de 06 de abril de 2009 a 31 de dezembro de 2016 e com Sílvia Matielo, atualmente contadora da Prefeitura.

O município hoje possui cerca 12.638 habitantes, de acordo com a estimativa do último censo realizado pelo IBGE. Em 2010 a renda do município era derivada de arrecadações próprias como ICMS, ITBI, IPTU, ISS, IPVA e repasses do Governo Estadual e Governo Federal. A receita atual do município é de 41.231.665,83 milhões de reais de acordo com o balancete de arrecadação da prefeitura fornecido pela contadora, tal recolhimento são providentes de repasses Federais e Estaduais.

A arrecadação do município capixaba de Conceição do Castelo é proveniente de recursos próprios e de repasses estaduais e federais. Com a crise econômica e política que afetou o Brasil nos últimos anos esses repasses que eram feitos para o município teve uma redução significativa, desse modo ocorreu a baixa da receita interferindo nos investimentos a serem realizados no município.

Um dos fatores que contribuiu para a crise no País foi a crise imobiliária dos Estados Unidos em 2008, que por sua vez afetou a queda da RCL, dessa forma o ramo de exportação ficou desfalcado, tal crise foi chamada de “Bolha Imobiliária”. No Brasil sentiu-se o primeiro impacto no ano de 2009, quando a economia desestabilizou, porém conseguiu se reestabelecer naquele ano, vindo a cair novamente após o ano de 2012. A partir do final de 2014 houve uma nova reversão na trajetória da economia brasileira, uma grande queda nas vendas no mercado varejista. Além disso, entre 2015 e 2016, a economia sofreu uma série de impactos: deterioração dos termos de troca, crise hídrica, ajuste fiscal, o aumento da taxa de juros Selic, desvalorização da moeda, etc. Grandes feitos que contribuíram para reduzir ainda mais o crescimento econômico, desse modo os municípios sofrendo cada vez mais com os poucos recursos que são destinados a eles (PAULA; PIRES, 2017).

Por meio de relatórios contábeis dos anos de 2012 a 2017, permitiu-se realizar a coleta e a tabulação das informações contábeis dos balanços orçamentários da prefeitura. Os dados foram representados em gráficos, evidenciando as receitas orçamentárias totais, receitas correntes e de arrecadação próprias, desse modo contribuindo para o processo de tomada de decisão e melhorar o planejamento da Administração (BORGES; VILLELA, 2018).



GRÁFICO 2: RECEITA TOTAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO NO PERÍODO DE 2012 A 2017

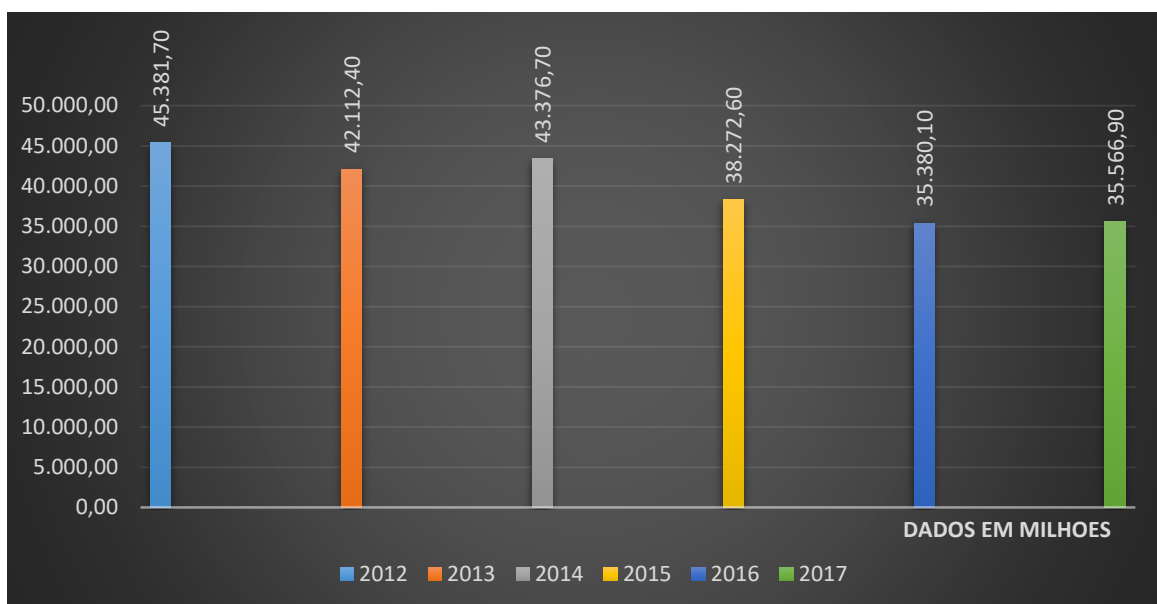
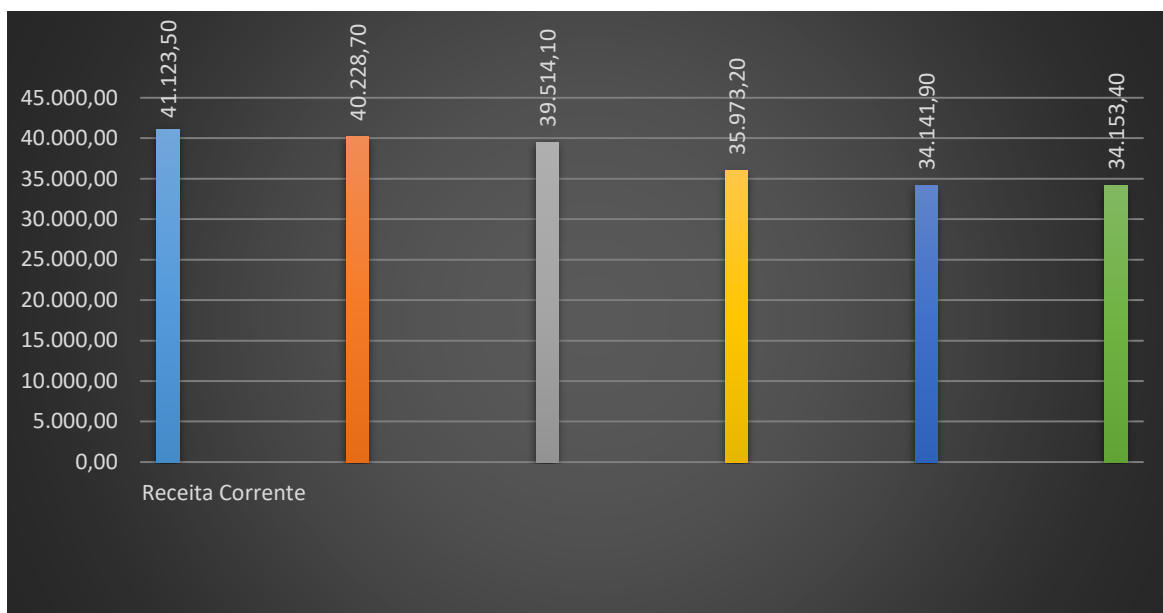


Figura Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário.

De acordo com o gráfico 2 a receita total iniciou sua queda após o ano de 2012, devido as receitas arrecadadas do município terem sido menores que em que nos anos anteriores. Tal motivo ocorreu devido à redução de repasses do governo estadual e repasses do governo federal, devido à crise econômica que feriu meramente a economia brasileira. Mesmo com o recolhimento de recursos próprios crescente não foi possível manter a alta do recolhimento da receita total dos anos subsequentes. Este fator impactou nos investimentos que poderiam ser feitos no município, desse modo com a diminuição dos repasses feitos pelo governo as receitas vieram a cair, de acordo com o gestor Clécio Viana, "o município de Conceição do Castelo é dependente financeiramente de repasses federais e estaduais, pois o mesmo não é capaz de obter a receita própria para manter o município".



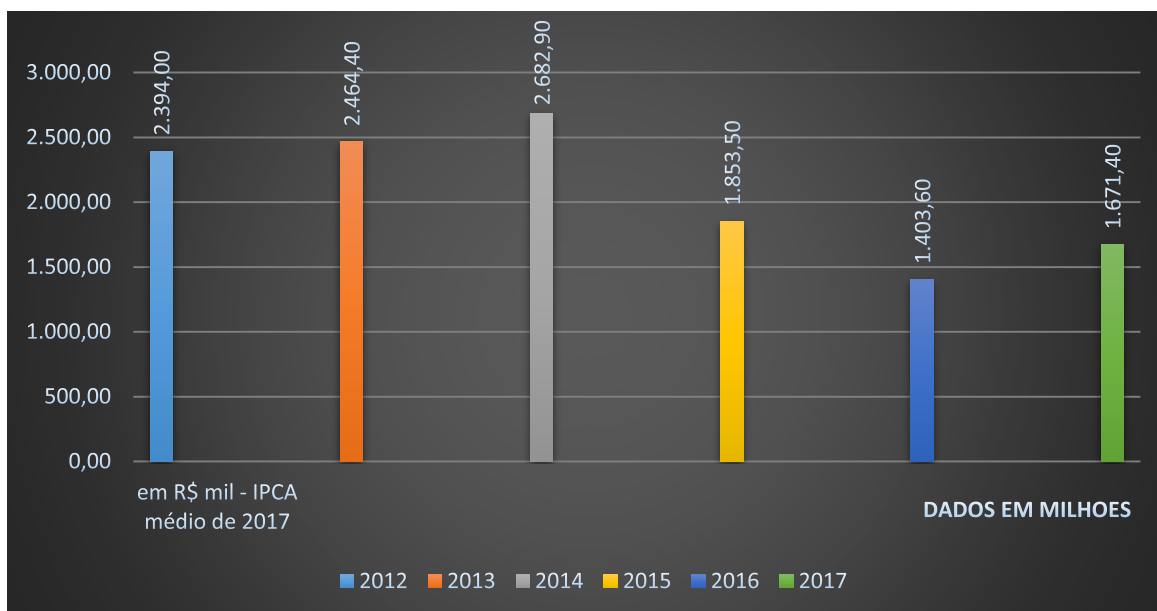
GRÁFICO 3: RECEITA CORRENTE DE CONCEIÇÃO DO CASTELO ENTRE 2012 E 2017



Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário.

De acordo com o gráfico 3 houve uma queda da receita corrente no município de Conceição do Castelo. A receita corrente é a entrada de recursos financeiros derivados de atividades operacionais, esses recursos são provenientes do governo Estadual e da União. "É por meio desta receita que a administração mantém o custeio das despesas como material de consumo, pagamento de pessoal e demais serviços importantes" de acordo com a Silva Matielo. A entrada desses recursos é fundamental para manter o município, dessa forma como pode-se perceber esses repasses foram diminuindo ano após anos, pois com todo o Brasil em crise a percentagem repassada ao município foi menor e tais repasses são fundamentais para a gestão pública.

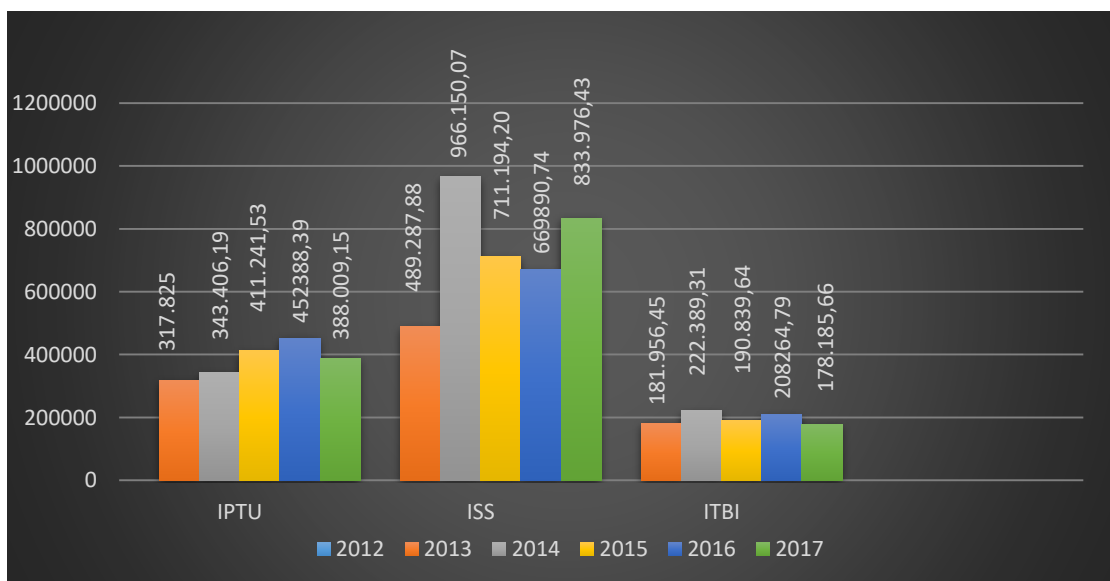
GRÁFICO 4: RECEITA COM ROYALTIES DE CONCEIÇÃO DO CASTELO ENTRE 2012 E 2017



Fonte: balanços municipais coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi); no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; e na Agência Nacional do Petróleo, Gás

Os Royalties são recursos provenientes do Estado e da União para o financiamento das atividades na área de saúde dos municípios, tal repasse é de importante para o crescimento do município, pois o valor repassado pode ser utilizado como fonte de investimento, dessa forma aumentando cada vez mais a receita. Entretanto com a baixa do preço do petróleo os repasses concedidos pelo governo estadual e federal reduziram cerca de 0,6% em relação ao repasse recebidos de 2012 a 2017 (GRÁFICO 4). De acordo com os dados fornecidos pela revista finanças dos municípios capixabas, outro fator evidenciado que teve sua respectiva queda após o ano de 2014 foi o fim do FUNDAPI que reduziu drasticamente o repasse dos Royalties para o município.

GRÁFICO 5: RECURSOS PROPRIOS DE CONCEIÇÃO DO CASTELO ENTRE 2013 E 2017

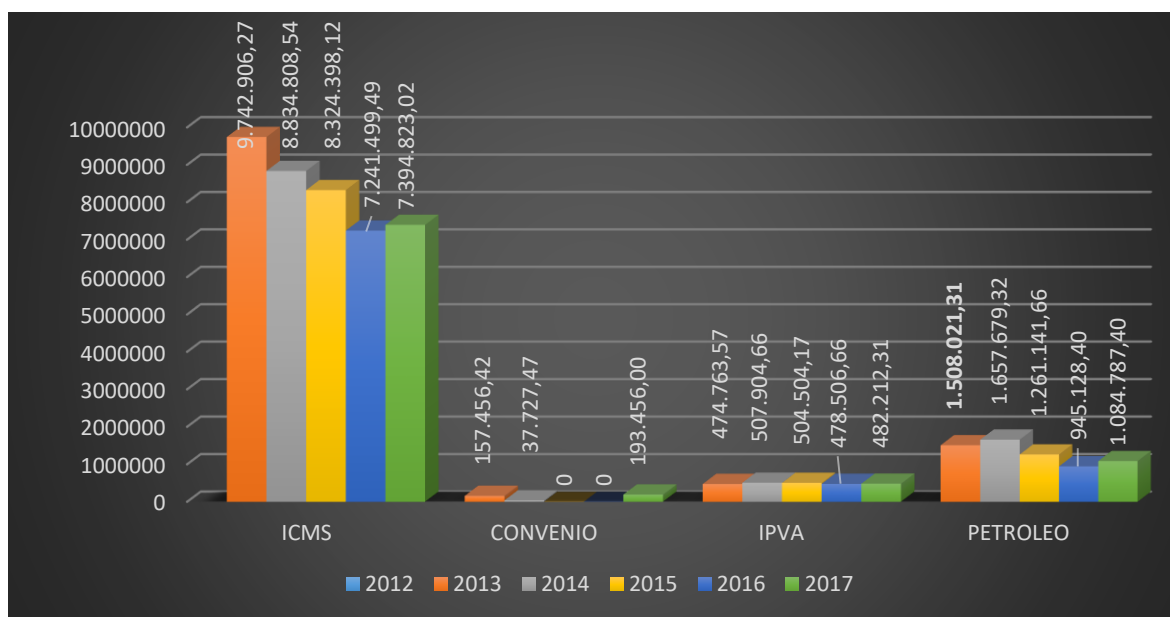


Fonte: TCE-ES, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPIRITO



Como pode-se perceber no gráfico 5, fornecido pelo TCE-ES, em 2012 não houve lançamento de dados referentes aos itens analisados, portanto foram analisados somente a partir de 2013. Os recursos próprios são todos aqueles proveniente de arrecadações municipais, esses recursos tendem a ser crescente no decorrer dos anos, pois o crescimento da população e a criação de novas casas geram um grande aumento no IPTU. Conforme representado no gráfico 5, a variação do ISS que teve uma respectiva queda em 2015, fato este que pode ter ocorrido pela ausência de obras de grandes escalas no município, dessa forma deixando de recolher uma quantia significativa desse recurso.

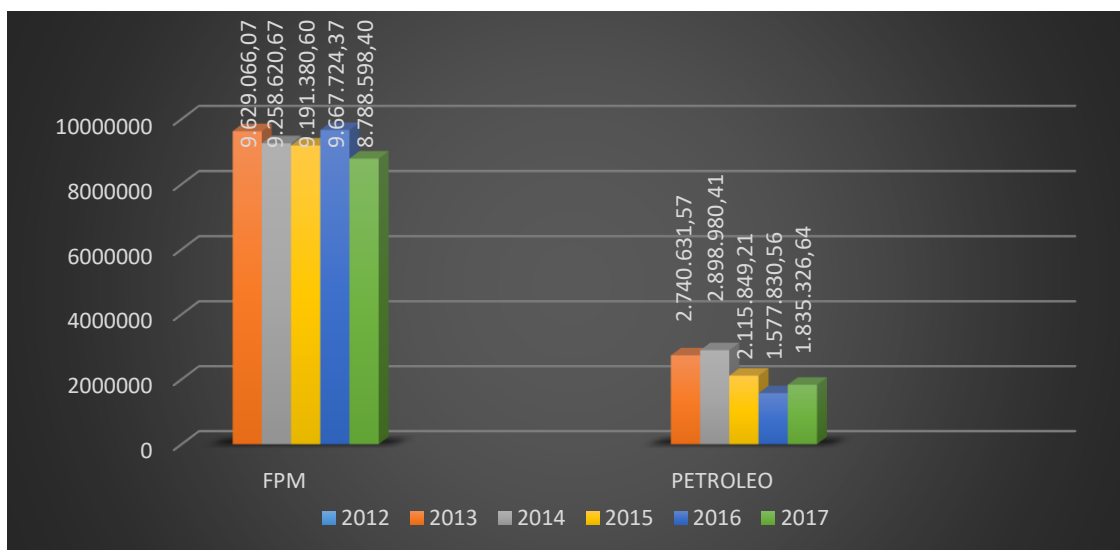
GRÁFICO 6: REPASSES ESTADUAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO ENTRE 2013 E 2017



Fonte: TCE-ES, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO

Conforme apresentado no gráfico 6 os repasses estaduais tiveram sua queda devido à crise econômica no Brasil no respectivo período. Como pode-se perceber também houve anos em que a prefeitura não recebeu repasses de convênios, com o país em crise ficou sem dinheiro em circulação, desta forma desestabilizando a economia e fazendo com que as receitas caíssem cada vez mais. Arrecadando pouco o estado fica privado de recursos, e portanto, fazendo com que os repasses para os municípios caíssem, como pode-se observar em alguns anos que não houve convênios com o estado, pois esses são repasses doados para o município quando solicitado e fica a critério do estado ceder ou não tal benefício.

GRÁFICO 7: REPASSES DA UNIAO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO ENTRE 2013 E 2017



Fonte: TCE-ES, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPIRITO

Os repasses da união são providentes da arrecadação federal que somados e divididos são repassados aos municípios, para que dessa forma possam ter condições de investimento, tal repasse é de fundamental para o crescimento do município, pois o mesmo depende do Governo Federal para realizar investimentos no município. Os repasses como o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como pode-se ver no gráfico 7 teve uma pequena queda após o ano de 2013, essa queda foi devido à queda da arrecadação dos municípios que estavam passando por um período intenso de crise. Os Royalties também apresentaram uma queda, desta vez um pouco mais intensa, saindo de cerca de 2,7 milhões de reais para cerca de 1,8 milhões de reais de acordo com os balanços do tribunal de contas do Espírito Santo (TCES), ou seja, quase um milhão de reais deixou de ser repassado ao município de Conceição do Castelo, privando o município de certos investimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar a queda das receitas do município capixaba de Conceição do Castelo no período de 2012 a 2017, período este em que ocorreu uma grande crise econômica e política no país, analisando as receitas públicas, receitas correntes e os royalties provenientes do estado do Espírito Santo.

Para isso foi realizada uma pesquisa explicativa buscando demonstrar e explicar as variações e as quedas recorrentes das receitas nos últimos anos.

Sendo assim, conclui-se que não houve impacto significativo nas receitas, pois o município conseguiu se manter com os recursos próprios e aos repasses estaduais e federais. Ao analisar os dados levantados no artigo, verificou-se que o ICMS no período analisado (2013/2017) teve uma queda média aproximada de 24,11%; Petróleo de 28,06%; o ITBI de 2,07%, O FPM de 8,72% e os Royalties de 27,34%. Já os convênios tiveram um acréscimo médio no período citado de 22,86%, o IPVA de 1,56%; o IPTU de 22,08%; e o ISS de 70,44%. Dessa forma, algumas fontes de recursos podem ter contribuído para que a receita municipal não caísse tanto, como o ISS.

Se for levado em consideração que o município de Conceição do Castelo é considerado de pequeno, que possui pouco recolhimento de recursos próprios, e que é dependente de repasses financeiros estaduais e federais para ser feitos investimentos na cidade, a prefeitura tem conseguindo ficar dentro dos limites financeiros esperados, apesar da queda da Receita Corrente Líquida em 2012 e 2017 e dos repasses estarem decrescentes a cada ano.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALMEIDA DOS SANTOS, PAULO SÉRGIO; GOMES MACHADO, DÉBORA; SCARPIN, JORGE EDUARDO Gerenciamento de Resultados no Setor Público: Análise por meio das Contas Orçamentárias Outras Receitas e Despesas Correntes dos Municípios de Santa Catarina **Contabilidade Vista & Revista**, vol. 23, núm. 4, outubro-diciembre, 2012, pp. 15-43 Universidade Federal de Minas Gerais Minas Gerais, Bras: Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=197026282002>> Acesso em: 15 agos. 2018.

CARDOSO, **lei Complementar Nº 101, De 4 De Maio De 2000.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 31 out. 2018.

CNM- **Confederação Nacional Dos Municípios.** Jurídicos: TEMAS FUNDAMENAIIS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. BRASÍLIA: CNM 2008 Disponível em:<<https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/01Juridico.pdf>> Acesso em: 31 de out. 2018.

FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS / Organização de Alberto J. M Borges e Tânia M. C. Villela, v24 (2018). Vitória, ES: Aequis Consultoria, julho/2018

FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS / Organização de Alberto J. M Borges e Tânia M. C. Villela, v23 (2017). Vitória, ES: Aequis Consultoria, julho/2017

GAMA, L. G. **RECEITA PÚBLICA:** Disponível em<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/ManualContabilidadeAplicadaSetorPubl_2011_Software.pdf> Acesso em: 09 out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, **Fundamentos das Transferências Intergovernamentais:** Disponível em <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/viem/1565/931>. Acesso em: 10 out. 2018.

GRELLMANN; SILVA , **Transferências governamentais: uma análise da variação fundo de participação dos municípios e ICMS na região do conselho regional de desenvolvimento rio da várzea,** Disponível em:<<https://www.ufes.edu.br/campi/cerro-largo/repositorio-ccl/anais-viii-simposio-iberoamericano-de-cooperacao-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-regional/transferencias-governamentais-uma-analise-da-variacao-fundo-de-participacao-dos-municipios-e-icms-na-regiao-do-conselho-regional-de-desenvolvimento-rio-da-varzea>>. Acesso em: 05 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/conceicao-do-castelo/panorama>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração - Manual (pós-graduação)** – Universidade Federal de Goiás. Catalão: UFG, 2011.

PAULA; PIRES, **CRISE E PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA** Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0125.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

PEREIRA. **Finanças Públicas Municipais:** Relação De Dependência Entre Receita Transferida E Receita Própria Dos Municípios Do Estado Do Rio Grande Do Sul. Período 1989-1998: Disponível em <http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_9_pereira.pdf> Acesso em: 15 agos. 2018.

PINGO. **Finanças Dos Municípios Capixabas.** Ibatiba 11 de agosto de 2018. Entrevista ao Prefeito de Ibatiba Luciano Pingo.



SAKURAI, **Superávit e déficit fiscal dos municípios brasileiros**: uma aplicação do modelo de viés de seleção em painel Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512014000300517>. Acesso em: 05 out. 2018.

SEIXAS, Beatriz. **Dificuldade para Manter a Folha em 59 Municípios**. A Gazeta, disponível em:<http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2016/11/noticias/politica/3995253-dificuldade-para-manter-a-folha-em-59-municipios.html>. Acesso em: 05 out. 2018.

SILVA, D.S. **O contador**, o gestor público, a fraude e a corrupção no Brasil. Revista Trevisan, São Paulo, ano XIV, p.36-37, 2001.

SOUZA. **A Importância Das Receitas Próprias Municipais**: Disponível em <http://www.oim.tmmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/C35838D5-9A50-E7F3-D42AF4210EB0F2E016092009115341.pdf&i=782>. Acesso em: 11 set. 2018.

TCE- ES (2016), **Transparência Às Escuras**: disponível em <https://www.tce.es.gov.br/wp-content/uploads/ascom/informativos/acontece-102_site.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018.

TCE-ES, **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPIRITO SANTO** Disponível em:<<https://cidades.tce.es.gov.br/#/municipio/2018/conceicao-do-castelo/visaoGeral>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

TCU – **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO**. Transferências governamentais constitucionais. Brasília: TCU, 2008

VENANCIO; CIRIBELI, **Gestão financeira Municipal: Uma análise comparativa das receitas dos municípios de Guiricema/MG e São Sebastiao de Vargem Alegre/ MG** Disponível em:<http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3252.pdf>. Acesso em: 05 out. 2018.